

Cosmoestética ancestral e por vir: imaginação, sensibilidade e poética nos mundos dentro do mundo

Paula Fleisner/ Pedro Hussak (coordenadores)

A arte tem sido, há séculos, uma prática comprometida com a imaginação de mundos possíveis. Ao gerar uma proliferação de experiências e narrativas que nem sempre se submetem aos critérios do verdadeiro, e por meio de uma exploração íntima da matéria, sua relação com a filosofia tem sido frequentemente conflituosa. A filosofia, por sua vez, fez uso de produções artísticas das mais variadas formas: como objeto de suas reflexões, como exemplo de seus conceitos, como recurso retórico para canalizar um argumento etc. A estética filosófica, disciplina europeia moderna que se ocupa da arte e da sensibilidade (tanto de nossos sentidos quanto de nossos afetos), por sua vez, produziu um vasto campo teórico que vai desde a busca de definições de arte ou de certas prescrições sobre o que a arte deve ser, até reflexões sobre conceitos filosóficos fundamentais (como os de mimese, criação, beleza, representação, natureza, memória, sujeito etc., para mencionar aleatoriamente alguns) ou sobre as formas de sensibilidade e afetos. Embora considerada uma “irmã mais nova” das grandes disciplinas filosóficas, essa disciplina foi responsável por trazer à cena a corporeidade sensível e a matéria agencial esquecidas na divisão abstrata do mundo entre sujeito e objeto. Mesmo que o tenha feito inscrevendo-as em uma lei “sutilmente opressiva”, como denomina Eagleton¹, e a fim de possibilitar uma suposta conciliação entre natureza e humanidade, a estética foi capaz de subverter certas ordens hierárquicas assumidas pelas discussões filosóficas modernas. Em um mundo em que as condições de habitabilidade humana e mais do que humana foram modificadas, e a partir de nossos territórios colonizados (ou seja: violados, saqueados, empobrecidos e ainda em disputa), é pertinente indagar sobre as possibilidades teóricas dessa área da filosofia que, em seus cruzamentos subversivos com a metafísica, a ética, a epistemologia, a antropologia filosófica e a filosofia política, assume o tratamento de questões muito atuais.

Neste dossiê, apresentamos, então, uma série de artigos que nos permitem refletir sobre as mudanças produzidas na estética a partir do encontro da arte e da filosofia com o chamado Antropoceno. Essa época, caracterizada pela aceleração dos processos de sedimentação dos rios, mudanças na acidez dos oceanos, mudanças na erosão, aumento do dióxido de carbono atmosférico e a sexta grande extinção em curso (entre outras características), causada pela ação da espécie humana, é uma época que implica uma “crise de sensibilidade”². Se vivemos em um período de instabilidade em que a velocidade das transformações geológicas (antes medidas em milhares e milhões de anos) e a diversidade de causas que lhes são atribuídas (todas humanas, mas diferentes: a invenção da agricultura, a revolução industrial, a era nuclear etc.) tornam a geologia e a história indiscerníveis³, somos obrigados a repensar não apenas a política, além da hierarquização imposta pela teologia política, mas também a estética, além de seu declínio moderno como treinamento de espectadores distantes.

¹ T. Eagleton, *La estética como ideología*, trad. G. Cano y J. Cano Cuenca, Madrid, Trotta, 2006, p. 60

² B. Morizot, *Maneras de estar vivo. La crisis ecológica global y las políticas de lo salvaje*, trad. S. Moreno Parrado, Madrid, errata naturae, 2021, p. 17 y stes

³ Cfr. B. Latour, *Cara a cara con el planeta. Una nueva mirada sobre el cambio climático alejada de las posiciones apocalípticas*, trad. A. Dillon, Buenos Aires, Siglo XXI, 2017, Cuarta conferencia: “El Antropoceno y la destrucción (de la imagen) del globo”, pp. 131- 167

Como podemos ler essas circunstâncias a partir das coordenadas localizadas no sul global? Que elementos podemos trazer para a discussão a partir dos territórios que foram chamados de América do Sul? Apresentamos esses artigos como uma série de explorações difrativas e complementares para a formulação de uma possível estética terrestre ou cosmoestética entendida como uma disciplina filosófica que nos ajuda a conceituar não apenas a importância das práticas artísticas na figuração e na narrativa de novas formas de pensar sobre o encontro de mundos dentro deste mundo, mas também a redefinição de nossas capacidades sensoriais e emotivas fora da excepcionalidade humanista⁴. O delineamento e o teste desse conceito de cosmoestética dialogam naturalmente com o conceito de cosmopolítica desenvolvido por alguns autorxs contemporâneos, como Isabelle Stengers e Bruno Latour⁵, que o adotaram para sublinhar que a política atual não pode se limitar a uma luta entre humanos, mas que, diante da situação terrestre, a perspectiva não humana também deve ser colocada em pauta. Mas, além disso, e de grande relevância em nosso contexto, essa atenção à agencialidade e às agendas das várias entidades (do neutrino aos ancestrais⁶) implica a necessidade de assumir, além dos interesses etnográficos eurocêntricos, uma conversa entre epistemes que reconfigure as continuidades e discontinuidades entre essas entidades e uma consideração das imagens que elas levantam, bem como dos imaginários que elas desestabilizam. De fato, com a evidência da origem antropogênica da mudança climática, uma certa parte do pensamento ecológico atual encontra uma convergência com o pensamento indígena contemporâneo, que, pronto para uma conversa não paternalista com a filosofia ocidental contemporânea, expressa a necessidade de considerar a relação entre o humano e o não humano a partir de uma perspectiva não excepcionalista.

Assim, colocamos esse conceito de cosmoestética à prova entre colegas, que agora apresentamos no plural, pois ele entrou em diferentes campos de análise, desde a sociologia da imagem de Silvia Rivera Cusicanqui, passando pelas discussões sobre a pintura rupestre no Brasil, até a imagética vegetal que traz outras formas de ver a natureza; e desde uma discussão com a antropologia da figuração de Descola em nome de uma cosmoestética sem ontologia, ou uma cosmoestética Yanomami que traz consigo uma cosmopoética muito específica, até as mitopoéticas bastardas e travestidas que fabricam outras ciências no contexto da crise climática.

Esta coletânea de artigos apresenta uma cosmoestética ancestral, além (e aquém) de qualquer qualificação etnocêntrica de “arte primitiva”, e uma cosmoestética por vir, sustentada em outras formas de sensibilidade espaço-temporal que rompem a linearidade e a onipresença do pensamento ocidental. Aqui também lemos operações cosmoestéticas para imaginar a terra fora do imaginário científico capitalista que dividiu o existente em natureza e cultura. Ao mesmo tempo, as filosofias europeias da imagem e as formas de visibilidade que elas possibilitam são analisadas e discutidas, mostrando outras opções insurgentes de imagens e figuração que trazem mundos de cabeça para baixo e futuros ancestrais.

O dossiê começa com o artigo de Carla Milani Damiano e Sibeli Aparecida Viana “A pervivência das figurações rupestres: cosmoestética, arqueologia e decolonialidade”, que

⁴ Cfr. P. Fleisner, “Prolegómenos para una cosmoestética materialista posthumana futura” en G. Chirolla; A. M. Rosas y H. Salinas (eds.), *Umbrales críticos. Aportes a la pregunta por los límites de lo humano*, Bogotá, Universidad Javeriana, 2023, pp. 183-204.

⁵ I. Stengers, “La propuesta cosmopolítica” y B. Latour “¿El cosmos de quién? ¿Qué cosmopolítica? Comentarios sobre los términos de paz de Ulrich Beck”, trad. E. Feuerhake, ambos en *Pléyade*, n° 14 CAIP, julio-diciembre, 2014, pp. 17-42 y 43-59.

⁶ Cfr. I. Stengers, *La Vierge et le Neutrino*, Paris, Les Empêcheurs de penser en rond, 2006 y D. Haraway, *Staying with the Trouble*, Durham, Duke University Press, 2016.

propõe pensar a arte rupestre a partir de uma perspectiva não eurocêntrica, com base na crítica a certas tradições interpretativas da arte rupestre brasileira, nas considerações de Descola sobre a etnografia e no conceito benjaminiano de sobrevivência a fim de resgatar não só a vida orgânica das figurações, mas também sua relação com a magia, a religião, a política e a perspectiva não excepcionalista dos povos indígenas. Dessa forma, as autoras apontam que as figurações rupestres continuam sendo traduzíveis mesmo que não encontrem um tradutor e revelam uma história das imagens anterior às categorias estéticas coloniais com as quais continuam sendo lidas.

O segundo texto, “Por uma cosmoestética sem ontologia”, de Pedro Hussak, recupera um debate entre Descola e Didi-Huberman sobre o livro *Les formes du visible* para apontar certas limitações da virada ontológica da antropologia quando se trata de pensar as imagens. A partir de uma perspectiva rancièrea, Hussak vincula a cosmoestética indígena (entendida em dois sentidos: não apenas como uma expressão da evocação de forças cósmicas, mas também como uma decisão estético-política de certos artistas indígenas que rompem com os circuitos usuais da arte) com a disputa política sobre a partilha do sensível. A política estética de Rancière vista através da poética indígena se torna uma cosmoestética, pois leva em conta a dimensão cósmica de sua relação com o mundo.

Em “Cosmoestética e cosmopolítica indígena. A partir do caso yanomami”, Julien Pallotta constrói uma ideia de cosmoestética como uma experiência xamânica da floresta a partir de uma análise detalhada do tipo de *aisthesis* Yanomami que Kopenawa descreve em *A queda do céu*. A cosmoestética aqui é o poder de ser afetado pela multiplicidade de seres e agências da floresta e, portanto, traz consigo uma cosmopolítica que busca dar voz a essa multiplicidade na discussão geral com a nação brasileira e gerar alianças com outros habitantes não indígenas da floresta. Assim como Billi, Pallotta discute criticamente o conceito de “meio ambiente” na medida em que ele anda de mãos dadas com a crise da sensibilização branca, uma espécie de cosmoestética negativa, que leva em consideração apenas o que resta da terra e da floresta depois de ter sido arrasada por máquinas, depois de ter sido despedaçada.

Em contaminação, o trabalho de Noelia Billi, “Plantas zombies, vegetales algorítmicos y plantborgs. Plantas y naturaleza artefactual”, investiga minuciosamente a noção de natureza implícita nas considerações conceituais, políticas, econômicas e evolutivas das plantas com base na hipótese de que há uma reciprocidade e uma recursividade conceitual-imaginária entre o natural e o vegetal que precisa ser explorada. Isso lhe permite reler a “grande divisão moderna” entre natureza e cultura, estudando as mudanças nas formas como o vegetal é produzido e imaginado: desde a metafísica do campo produzida pela agrilogística, a monocultura de plantas transgênicas, até a robotização da forma vegetal. Pensar além dessa grande divisão, adverte Billi, requer “uma operação cosmoestética que atenda à trama terrestre-imaginária”.

“La imagen en la sociología de Silvia Rivera Cusicanqui”, o artigo de Guadalupe Lucero, propõe pensar a cosmoestética implícita na sociologia da imagem da pensadora boliviana a partir de uma comparação nítida com o exercício visual de Farocki no vídeo ‘La plata y la cruz’ (The Silver and the Cross) (2010), que acompanhou a exposição *Principio Potosí*. Se o cineasta alemão produz uma imagem abrangente que dá conta da dimensão imperial do genocídio, reproduzindo a lógica eufemística do sublime onde a imaginação fracassa na compreensão, Rivera Cusicanqui cruza esse argumento visual e mostra a necessária interpenetração das lógicas colonial e indígena em uma instabilidade do tempo linear que desencapsula o passado e permite que ele olhe para o futuro: visto do meio, o passado é o futuro - afirma Lucero. Graças a essa operação, é possível ler nas próprias imagens a resistência indígena que não pode ser contada na linguagem do conquistador.

Por fim, o texto de Paula Fleisner “De neutrinos, huacas, axones y abrazos. Ciencia ficción bastarda y travesti en dos autoras latinoamericanas”, analisa a importância da ficção científica para a elaboração de certas leituras filosóficas de nosso tempo de ebulição climática a partir da leitura de alguns contos de ficção científica de Liliana Colanzi e Claudia Rodríguez. Trata-se de exercícios mitopoéticos que questionam os imaginários da ficção científica hegemônica e convocam outras epistemes não ocidentais para contar outras histórias em que a América do Sul não é mais um conjunto de países naturalmente violentos e selvagens, mas o território onde podem ser imaginadas linhagens epistêmico-poéticas ancestrais impensáveis e futuras.